

Sammy

Wilson Figueiredo

São indispensáveis no mínimo duas leituras políticas do que o presidente Sarney diga pessoalmente. O escritor está sempre por trás do presidente, mas o orador não. Adianta-se. Quanto mais cedo a segunda leitura (que vem a ser, na prática, a primeira pelo leitor), melhor para todos. Uma leitura é dele, a outra é nossa — e uma não tem a ver com a outra.

No raso, a questão é que o presidente Sarney não aprendeu a ler em voz alta o que escreve para ser lido muitos decibéis abaixo. O orador decola com turbinas de comício e deixa no chão os passageiros, que são os leitores.

Demonstrado que Sarney não sabe ler como escreve, tornou-se indispensável ao cidadão conferir com os próprios olhos o que os ouvidos não suportam. O Brasil já foi um país com excesso de analfabetos mas não é uma nação de surdos. A segunda leitura — a propriamente dita — por parte dos leitores já mostra outra coisa. Dá perfeitamente para se conversar a respeito, porque é respeitosa.

Nada de pessoal: Sarney é muito pior leitor do que escritor. Perde completamente a naturalidade quando tem que tratar com um microfone. O olho da televisão lhe retira da personalidade amável alguma coisa que o jaquetão não repõe. Tudo se complica porque, fazendo de conta que improvisa, o presidente pratica a leitura no *teleprompter*. Dirige-se diretamente às brasileiras e aos brasileiros como se cantasse a ária do Toreador entre soldados vistosos, sem dar a menor confiança ao microfone.

A segunda leitura — na verdade, a primeira — feita nos jornais do dia seguinte, mostra ao leitor que não é nada do que

parecia na véspera pelo rádio e a televisão. Sarney merecia ser desaconselhado, com mais jeito que franqueza, de ler publicamente o que escreve. O escritor bem podia dar prioridade aos leitores para a leitura propriamente dita (dita ou lida?) dos seus escritos. A prevalecer o orador, é mais aconselhável encontrar logo um locutor para ler em *off*, enquanto as câmeras contemplam o presidente e a respectiva faixa, os seus textos.

O presidente Ulysses Guimarães certamente não leu a denúncia da Constituinte, e apenas por isso ficou mal impressionado com a leitura pelo próprio autor, naquela semana a que Sarney se referiu 48 horas depois como de "muitas emoções" ao dar como testado o "quadro de normalidade democrática" que botou na parede.

O que está comprovado é que Sarney — o orador, não o escritor — não dispensa menos de duas leituras, ainda que não existisse a semiótica, sem prejuízo da conveniência de submeter os seus textos a duas leituras prévias. A aparência é muito importante para o discurso não se apresentar desleixado. Preposições são os botões do estilo, e não podem ficar fora do lugar. Uma prova final na alfaiataria pode evitar que o presidente diga que ele gosta mesmo é do "reconhecimento de todos, num clima de liberdade". O que ele realmente gostaria de dizer (e de ter) é o reconhecimento, por parte de todos, do clima de liberdade.

Duas são, em consequência, as categorias de leitores para a correta compreensão do que diz (e escreve) o presidente Sarney: a dos que apenas ouvem, e são a esmagadora maioria; e a daqueles poucos que se atiram à versão publicada nos jornais para emitir um juízo de valor político — e são a esmagadora minoria. Enquanto os primeiros são propensos a achar que o circo acabará pegando fogo pelo que ouvem, os segundos acham

que há circo mas falta fogo. Aqueles vêm a ser os otimistas eventuais, pois acreditam na solução pelo fogo. Estes são bombeiros reflexivos, mas lhes falta água.

Se, em vez da obrigação de ver e ouvir o presidente ao vivo, os brasileiros fossem forçados — salvo as disposições em contrário da cidadania reforçada pela nova Constituição — a ler antes o que Sarney tivesse de dizer, o ministro Leônidas não precisaria combater interpretações à sombra dos equívocos que escurecem vez por outra o céu da democracia.

Muito melhor o presidente Sarney nomear logo de uma vez, enquanto pode, um ministro extraordinário para evitar confusões entre o que ele disse e o que queria dizer. Já é tempo de se resolver quem é mais ele: o leitor dos próprios escritos, ou o escritor? Há uma vaga de ministro para uma pasta de assuntos equivocados. Por que não o próprio José Aparecido, que teve de sair dos seus incômodos no governo de Brasília para funcionar como redutor da tensão política? Em nível mais baixo, cabe até um assessor para assuntos de locutagem ou — se de todo for impossível — um locutor agradável aos ouvidos pode ser o duplê do presidente nas cenas de perigo radiofônico.

Três dias depois do mal-entendido, viu-se o presidente Sarney fazer pelo rádio novo exame de baliza para estacionar uma boa explicação na vaga do destampatório nos constituintes. Ficou a impressão geral de um motorista que conseguiu a carteira porque a banca fez vista grossa. Sempre vale o dito pelo não dito.

Numa terça-feira, a plenos pulmões Sarney falou mal da Constituinte e, no dia seguinte, Ulysses Guimarães falou bem. "Se nossos argumentos eram diferentes — reconheceu o primeiro em relação ao segundo — no essencial estávamos de acordo.

BRASIL 7 AGO 1988

Era a marcha à ré para entrar na vaga. No essencial — por uma terceira leitura — estiveram em saudável desacordo.

Dia de exame de leitura para Sarney é sexta-feira. O desacordo maior, no entanto, costuma ser entre o Sarney de um dia e o da véspera. As balizas esperam ainda uma explicação: por que — se estavam de acordo no essencial, ele e Ulysses Guimarães — em vez de falar publicamente dos constituintes o presidente não pediu um particular ao presidente da Constituinte?

O negligenciado álibi de Sarney são os elogios passados por ele na sexta-feira, 16 de junho, à Constituinte por tornar "realidade um velho sonho da democracia brasileira". Teve a amabilidade de dizer que "está quase pronta" a constituição que vai tornar "o Congresso mais forte" e que dará "aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer o seu poder de fiscalização". Foi comovedor ouvir o futuro fiscalizado falar tão bem dos fiscais. E ainda reconheceu que "nem tudo, porém, pode ser perfeito". No essencial, portanto, estávamos todos de acordo antes. Por que o desacordo depois?

O presidente provou o sofisma que uma serpente de gabinete colheu indevidamente na árvore da ciência política e lhe ofereceu num gesto de cortesia jurídica: 1.800 emendas no segundo turno da Constituinte valem por um plebiscito. Logo, os constituintes "não estão satisfeitos" com o próprio trabalho. Aí o gato comeu o acordo. Na fatídica terça-feira o presidente disse o que quis no tom que menos convinha, e no dia seguinte ouviu o que não queria. O presidente eterno entrou em cena com uma repreensão em forma de trovão cívico e, pelo voto direto dos constituintes, aprovou o projeto. Aí, sim, acabaram todos de acordo.

Voto só comporta uma leitura: a do resultado.